



154

## **Enfrentamento, Preconceito e Desrespeito no Ambiente Educacional - Relato de Experiência**

Aluno Mestrado/MSc. Student Débora de Jesus Siqueira<sup>1</sup>, Doutor/Ph.D. Janaina Rute da Silva Dourado<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade de Campinas, São Paulo, São Paulo, Brazil. <sup>2</sup>Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, São Paulo, Brazil

**Aluno Mestrado/MSc. Student Débora de Jesus Siqueira**

**Programa de Pós-Graduação/Course**

Engenharia Civil - Mestrado em Recursos Hídricos, Energéticos e Ambientais

### **Resumo/Abstract**

Este artigo tem por objetivo apresentar um relato de experiência na qual relaciona-se com a resistência, de pessoas dos grupos não-hegemônicos, na permanência em ambientes que deveriam ser plurais. E que as políticas afirmativas podem garantir a permanência e discussão sobre, como podemos repensar o privilégio da branquitude (Bento, 2022), para uma política afirmativa efetiva pela igualdade racial, incluindo obviamente a herança histórica nos ambientes, e neste caso no que se relaciona aos impactos na vida acadêmica enquanto docente de uma mulher negra. Por meio deste relato, busca-se conscientizar toda a comunidade sobre a importância de mudanças profundas que impulsionem a inclusão e enalteçam a variedade étnico-racial.

### **Modalidade/Type**

Artigo Científico / Scientific Paper

### **Área Temática/Research Area**

Diversidade e Inclusão no Contexto Organizacional e Contábil (DICOC) / Diversity and Inclusion in the Organizational and Accounting Context



## **ENFRENTAMENTO, PRECONCEITO E DESRESPEITO NO AMBIENTE EDUCACIONAL - RELATO DE EXPERIÊNCIA**

### **Resumo**

Este artigo tem por objetivo apresentar um relato de experiência na qual relaciona-se com a resistência, de pessoas dos grupos não-hegemônicos, na permanência em ambientes que deveriam ser plurais. E que as políticas afirmativas possam garantir a permanência e a discussão sobre, como podemos repensar o privilégio da branquitude (Bento, 2022), para uma efetiva política afirmativa pela igualdade racial, incluindo obviamente a reparação histórica nos ambientes, e neste caso no que se relaciona aos impactos na vida acadêmica enquanto docente de uma mulher negra. Por meio deste relato, busca-se conscientizar toda a comunidade sobre a importância de transformações profundas que impulsionem a inclusão e enalteçam a variedade étnico-racial. A intenção é sensibilizar a todos para a urgência de promover mudanças estruturais que garantam a igualdade de oportunidades e o reconhecimento da diversidade racial como um valor fundamental em nossa sociedade.

**Palavras-chave:** Enfrentamento. Sociedade. Igualdade Racial. Relato de Experiência. Branquitude

### **1. O caminho**

Neste relato de experiência, é objetivo expor as dificuldades enfrentadas ao lecionar em um ambiente que, infelizmente, frequentemente se depara com diversos problemas relacionados à falta de acolhimento e à ausência de políticas efetivas que promovam a permanência de todos os profissionais. Ao compartilhar essa experiência, busca-se evidenciar a urgência de ações concretas e transformadoras, visando criar um ambiente mais inclusivo, acolhedor e igualitário para todos.

Tanto para os discentes como para os docentes, mesmo considerando leis e medidas provisórias que possam garantir algum tipo de reparação como criada no Brasil pela Medida Provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei nº 10.678 a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial que fez 20 anos e ainda é pouco difundida ou comentada, mesmo com a oferta de inúmeras capacitações e orientações, que atualmente o Ministério de Igualdade Racial propõe, sugere e viabiliza em uma luta constante contra o racismo estrutural (Almeida, 2019).

No entanto, mesmo diante de todo o suporte, comunicação e viabilização, ainda nos deparamos com problemas estruturais e profundos relacionados ao privilégio branco presente em todas as estruturas de poder, o qual inviabiliza a vida e a permanência das pessoas não brancas nos espaços acadêmicos (Schucman, 2020 e Bento, 2022).

Diante desse cenário, é fundamental refletir sobre como podemos articular suporte e denunciar esse processo de privilégio estrutural, a fim de evitar que situações de falta de acolhimento e discriminação se repitam. É importante considerar que o processo de reparação não se resume à existência de regras, leis e procedimentos internos, mas sim à implementação efetiva dessas medidas, garantindo suporte e escuta adequados às pessoas afetadas em todas as esferas.



Para avançarmos na construção de ambientes acadêmicos mais inclusivos e igualitários, é necessário o engajamento de todos os membros da comunidade acadêmica. As instituições de ensino devem adotar medidas efetivas para combater o privilégio branco, como programas de capacitação e sensibilização, criação de espaços de diálogo, estabelecimento de canais de denúncia e apoio às vítimas de discriminação.

Além disso, é essencial valorizar as contribuições das pessoas não brancas na academia, promovendo a diversidade de perspectivas e experiências. Isso implica na revisão dos currículos, diversificação dos corpos docentes e realização de eventos acadêmicos que abordem temas relacionados à igualdade racial.

Outro aspecto crucial é a criação de espaços seguros para denúncias e suporte às vítimas de discriminação racial. As instituições devem estabelecer políticas claras, processos imparciais de investigação e consequências adequadas para os agressores, além de oferecer apoio emocional e psicológico às pessoas afetadas. A construção de uma educação igualitária requer o engajamento de toda a sociedade. É necessário promover conscientização ampla sobre as questões raciais, por meio de campanhas, debates públicos e colaboração entre instituições e organizações comprometidas com a igualdade racial.

Refletir sobre as práticas e estruturas que perpetuam o racismo estrutural e buscar soluções efetivas são passos essenciais para transformar os espaços acadêmicos em ambientes acolhedores, plurais e igualitários. Somente através da conscientização, do diálogo e da implementação de políticas concretas poderemos superar os desafios e construir um futuro mais justo para todos.

## 2. Metodologia

Para a metodologia deste relato de experiência, foram considerados os conceitos que tratam as políticas públicas relacionadas à reparação da igualdade racial, bem como a importância da permanência de pessoas não brancas em ambientes acadêmicos. Além disso, foi abordado o pacto da branquitude, que muitas vezes inviabiliza a permanência e o sucesso de indivíduos não brancos nesses espaços.

A metodologia adotada neste relato de experiência baseou-se em uma abordagem qualitativa, buscando compreender e descrever em detalhes a situação vivenciada pela autora. Foi realizada uma análise reflexiva e crítica, explorando as vivências e os desafios enfrentados no contexto específico de uma instituição de ensino técnico.

(...) deixar correr o olhar sem se fixar só numa pista, escutar tudo em redor sem se contentar só com uma mensagem, apreender os ambientes e, finalmente, procurar discernir as dimensões essenciais do problema estudado, as suas facetas mais reveladoras e, a partir daí, os modos de abordagem mais esclarecedores. (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p.83).

O relato de experiência aqui apresentado detalha uma situação específica ocorrida em um ambiente acadêmico que, em teoria, deveria ser de acolhimento, compartilhamento e crescimento. No entanto, a autora revela como esse ambiente continua sendo competitivo e marcado por privilégios, onde pessoas não brancas



enfrentam dificuldades adicionais para se estabelecer e progredir. Ao adotar uma abordagem qualitativa, foi possível explorar de forma mais aprofundada as experiências vividas, as percepções e as reflexões da autora. Isso permitiu uma compreensão mais rica e contextualizada dos desafios enfrentados em um ambiente acadêmico marcado pelo preconceito e pela discriminação racial.

A narrativa pessoal presente no relato de experiência oferece uma perspectiva única e subjetiva, destacando a importância de dar voz às experiências individuais para enriquecer o debate sobre a igualdade racial e a necessidade de transformações nos ambientes acadêmicos. Através dessa metodologia, é possível trazer à tona questões que muitas vezes são invisibilizadas ou ignoradas, contribuindo para a conscientização e o engajamento na luta contra o preconceito e a discriminação.

É importante ressaltar que este relato de experiência não pretende ser generalizado, mas sim uma contribuição específica para o entendimento dos desafios enfrentados por pessoas não brancas no contexto acadêmico. Cada experiência é única, e é fundamental ouvir e valorizar as diferentes vozes e perspectivas para promover uma mudança efetiva e duradoura.

## **2. Procedimentos Metodológicos**

Nesta seção, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados neste relato de experiência, com o objetivo de compreender as dificuldades enfrentadas pela autora como docente negra em um ambiente educacional. Para isso, foram utilizados os seguintes passos:

- (i) Revisão bibliográfica: Foi realizada uma revisão da literatura sobre políticas afirmativas, igualdade racial, branquitude e relatos de experiência semelhantes. A revisão bibliográfica permitiu embasar teoricamente o relato e identificar conceitos relevantes para a análise dos desafios enfrentados.
- (ii) Coleta de dados: A coleta de dados ocorreu por meio de relatos pessoais da autora, que descreveu suas vivências e desafios enfrentados como docente negra em uma instituição de ensino técnico. Os relatos foram registrados em forma de narrativa, evidenciando os momentos de discriminação e tratamento diferenciado.
- (iii) Análise dos dados: A análise dos dados foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, buscando identificar os padrões e as características dos desafios enfrentados pela autora. Os relatos foram examinados em busca de elementos que evidenciassem o preconceito, a discriminação e a falta de acolhimento vivenciados.
- (iv) Reflexões e considerações: Com base nos dados coletados e analisados, foram realizadas reflexões sobre as consequências dos desafios enfrentados pela autora e sobre a importância de combater o preconceito e a discriminação no ambiente educacional. Essas reflexões foram fundamentadas nas teorias e conceitos encontrados na revisão bibliográfica.



- (v) Recomendações e propostas: Com base nas reflexões realizadas, foram propostas recomendações e ações para combater o preconceito e promover um ambiente educacional mais inclusivo e respeitoso. Essas propostas visam sensibilizar as instituições de ensino, promover a diversidade, criar espaços seguros para denúncias e apoiar as vítimas de discriminação.

Nesse artigo, serão aprofundados os aspectos do relato, incluindo uma análise mais detalhada das dificuldades enfrentadas, reflexões teóricas e propostas para enfrentar o preconceito e promover a igualdade racial no ambiente educacional. O estudo de caso servirá como embasamento empírico para as discussões teóricas abordadas no artigo.

### **3. Relato de Experiência - Introdução**

Este relato de experiência tem como objetivo compartilhar as vivências e os desafios enfrentados ao longo da minha trajetória profissional como professora em uma instituição de ensino técnico. Ao ingressar nesse concurso público em 2017, tinha a esperança de contribuir para a diversidade e a inovação na escola, trazendo novas perspectivas e práticas pedagógicas. No entanto, deparei-me com situações desconcertantes que revelaram a existência de preconceito e tratamento diferenciado por parte de alguns colegas e até mesmo da coordenação da instituição.

Ao longo deste relato, pretendo abordar esses momentos e fazer reflexões a respeito, destacando a importância de combater de forma incisiva e constante essas atitudes discriminatórias no ambiente educacional. É essencial promover a equidade de oportunidades e o respeito mútuo entre todos os membros da comunidade escolar, a fim de estabelecer um ambiente acolhedor, inclusivo e propício ao pleno crescimento dos alunos.

Durante essa jornada, vou refletir sobre esses momentos cruciais, enfatizando a necessidade de combater com firmeza e persistência tais atitudes discriminatórias no contexto educacional. Impulsionar a igualdade de oportunidades e o respeito mútuo entre todos os integrantes da comunidade escolar é fundamental para criar um espaço acolhedor, inclusivo e propício ao desenvolvimento pleno dos estudantes.

Esse estudo de caso servirá como embasamento empírico para as discussões teóricas abordadas no artigo, enriquecendo as reflexões sobre as questões de preconceito e tratamento diferenciado no contexto educacional. É importante trazer à tona essas experiências reais para que possamos analisar criticamente a situação e buscar soluções efetivas. A educação desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade e no combate a qualquer forma de discriminação.

Através dessa narrativa, desejo evidenciar a importância de enfrentar os desafios e as adversidades encontradas no ambiente de trabalho, principalmente quando se trata de lidar com questões de preconceito e discriminação. É necessário estar atento a tais situações e buscar maneiras de promover um ambiente escolar mais inclusivo e igualitário.





Nesse sentido, é crucial ressaltar que a conscientização e a sensibilização de todos os envolvidos no processo educacional são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Devemos trabalhar juntos para eliminar qualquer forma de discriminação, garantindo que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

Ao compartilhar essa experiência, espero inspirar outros profissionais da educação a se posicionarem contra a discriminação e a adotarem práticas pedagógicas inclusivas. Somente através do engajamento coletivo poderemos transformar os ambientes educacionais em espaços acolhedores e livres de preconceito.

### **3.1. Contextualização**

Ao assumir meu cargo como professora de ensino médio e técnico nesta instituição, deparei-me com uma realidade preocupante e desoladora: eu era a única professora negra presente no ambiente escolar. A mistura de sentimentos que tomou conta de mim naquele momento foi intensa. Por um lado, senti uma mistura de gratidão e empolgação por ter conquistado minha vaga através de um processo seletivo justo e competitivo. Era uma oportunidade de trazer uma perspectiva inovadora para a escola, enriquecendo o ensino com minha bagagem cultural e experiências pessoais como mulher negra.

Acreditava sinceramente que minha presença ali seria um marco de progresso, uma prova tangível de que a diversidade e a inclusão estavam sendo valorizadas. Nutria a esperança de que minha entrada como professora negra pudesse inspirar outros estudantes e colegas, especialmente aqueles que também pertenciam a grupos minoritários. Imaginava que, ao verem alguém que compartilhava suas experiências e representava uma mudança positiva, eles se sentiriam encorajados a abraçar suas próprias identidades e perseguir seus sonhos. No entanto, esse otimismo inicial logo foi confrontado com a dura realidade dos obstáculos que eu teria que enfrentar.

### **3.2. Desafios enfrentados:**

Desde o início da minha atuação como professora na instituição, deparei-me com uma série de desafios que, de certa forma, se tornaram recorrentes ao longo do tempo. Esses desafios não se limitavam apenas às cobranças e expectativas excessivas direcionadas exclusivamente a mim, mas também envolviam situações de desrespeito e hostilidade por parte de certos colegas. Inicialmente, acreditei que o tratamento diferenciado que recebia poderia estar relacionado à minha idade mais jovem em comparação aos demais professores. Sendo a professora mais nova da instituição, senti-me incapaz de atender a todas as demandas e exigências que eram colocadas sobre mim.

No entanto, com o passar do tempo, descobri que havia algo além disso. Uma colega com quem dividia as aulas não apenas não gostava de mim, mas também disseminava comentários negativos a meu respeito entre os demais professores e alunos. Durante os intervalos, podia sentir o olhar incômodo e hostil voltado para mim. Ao compartilhar essa situação com outros colegas, alguns atribuíram o comportamento da professora ao ciúme e aconselharam-me a não me importar, pois ela era conhecida por ser ciumenta.



Infelizmente, essa situação de desrespeito e falta de apoio não se limitava apenas a essa professora em particular. A própria coordenadora do curso também me tratava de forma estranha e muitas vezes questionava minhas práticas em sala de aula, além de demonstrar uma preocupação constante sobre se os alunos estavam compreendendo o conteúdo ministrado, algo que não era cobrado dos demais professores. Essas atitudes deixavam claro que havia um tratamento diferenciado em relação a mim, o que gerava desconforto e prejudicava minha confiança profissional.

### **3.2.1. Consequências e reflexões**

Ao longo dos anos, os desafios que enfrentei foram se intensificando, e ficou cada vez mais evidente que as repreensões em tom elevado no corredor eram direcionadas exclusivamente a mim. Mesmo os professores que eram considerados "fracos" por ela nunca recebiam esse tipo de tratamento. Aos poucos, comecei a conectar os pontos e compreender a extensão do problema.

Em um episódio específico, no ano passado, fui convidada para participar de um curso no Rio Grande do Sul e solicitei o afastamento de uma semana, algo que eu mesma organizei previamente para garantir que não haveria prejuízo às aulas. Durante a conversa com a coordenadora, ela fez um comentário desagradável, insinuando que eu não precisava estudar tanto, pois "não sairia dali". Naquele momento, fingi não entender completamente suas palavras, mas aquele comentário ficou gravado em minha mente. Como uma profissional da educação poderia proferir tais palavras, desvalorizando meu esforço e minhas aspirações profissionais? Em diversos momentos, percebi que a coordenadora sempre tentava me desencorajar de buscar oportunidades externas. Sempre que eu conseguia ampliar minhas aulas em outras escolas ou assumir cargos administrativos, ela vinha com conversas insinuando que eu havia passado no concurso público daquela instituição e, portanto, não deveria "traí-la" saindo da escola. Sentia-me em débito com ela e, para aliviar a culpa, acabava concordando em assumir mais aulas na escola quando nenhum outro professor mais queria.

Outro fato curioso ocorreu quando informei a ela que havia passado em um concurso público para lecionar no ensino superior e que teria que reduzir algumas aulas para assumir esse novo cargo. Sua reação foi cheia de absurdos, alegando que eu não a havia comunicado previamente sobre minha intenção de participar desse concurso e insinuando que eu não era responsável. Sentindo-me culpada, tentei explicar que meu salário na instituição era o mais baixo entre os professores e que, no novo cargo, eu teria uma remuneração muito melhor. No entanto, a conversa apenas reforçou a sensação de desvalorização e falta de reconhecimento que eu já vinha experimentando.

Um dia, devido a um mal-entendido com uma aluna, a coordenadora me repreendeu no meio do corredor, na frente dos alunos. Alguns estudantes até me perguntaram se eu tinha levado uma bronca. Nunca presenciei a coordenadora tratar ninguém dessa forma, mesmo quando havia motivos explícitos na escola. Naquele dia em particular, saí da instituição de ensino pensativa, chateada e com um sentimento de profunda desvalorização profissional. Sentia-me mal e desrespeitada, reforçando a percepção de que nunca fui verdadeiramente bem recebida naquela escola.



Após essa situação, na semana seguinte, resolvi conversar com a coordenadora para expressar minha insatisfação com o ocorrido. No entanto, sua resposta foi a pior possível. Ela ficou chateada comigo por ter passado no concurso público, alegando que eu não tinha consideração por ela, já que ela me "ajudou" durante todos aqueles anos. Disse ainda que eu não era uma pessoa comprometida, que nunca quis me entrosar com os outros professores e que eu estava enganada se pensava que poderia crescer na universidade em que passei no concurso público. Ela afirmou que eu só estava na escola graças a ela, pois era uma pessoa maravilhosa e fazia tudo pelos outros. Diante de tais palavras, minha reação foi chorar, sentindo-me emocionalmente abalada e desvalorizada.

Desde então, cumpri rigorosamente o calendário letivo para entregar as notas, bloqueei o contato dela e saí da escola, me despedindo apenas de poucas pessoas. Apesar de me sentir arrependida por não ter sido mais forte e enfrentado essa situação, percebo que foi necessário priorizar minha saúde emocional e buscar um ambiente de trabalho onde meu valor e minhas aspirações sejam reconhecidos e respeitados. A experiência vivida nessa instituição de ensino me ensinou a importância de defender minha dignidade e acreditar em meu potencial, mesmo diante das adversidades.

### **3.3. Algumas considerações**

Essa experiência dolorosa evidencia a existência do preconceito e do desrespeito no ambiente educacional. Ao longo de minha trajetória, ficou evidenciado que enfrentei discriminação e tratamento diferenciado devido à minha cor de pele. Fui alvo de comentários depreciativos, cobranças excessivas e tratamento desrespeitoso por parte de colegas e da coordenação. O sentimento de isolamento e a falta de apoio tornaram minha jornada profissional ainda mais desafiadora. É inaceitável que em pleno século XXI, ainda tenhamos que lidar com situações de preconceito e discriminação no ambiente educacional. A escola deveria ser um espaço onde todos os indivíduos fossem tratados com igualdade, respeito e dignidade, independentemente de sua cor de pele, etnia, gênero, religião ou qualquer outra característica pessoal. Infelizmente, essa realidade mostra que ainda há muito a ser feito para combater essas atitudes discriminatórias.

Este relato de experiência tem como objetivo conscientizar sobre a importância de combatermos atitudes discriminatórias no ambiente educacional. É fundamental promover a diversidade e a igualdade de oportunidades, garantindo um ambiente inclusivo e respeitoso para todos os profissionais e alunos. Todos têm o direito de serem tratados de forma justa e terem suas contribuições valorizadas, independentemente de sua origem ou aparência física. Nesse sentido, é necessário que as instituições de ensino adotem políticas de combate ao preconceito e ao racismo, promovendo a sensibilização e a conscientização de todos os envolvidos. É preciso investir em programas de formação e capacitação para os profissionais da educação, a fim de que estejam preparados para lidar com a diversidade e promover uma cultura de respeito e inclusão.

Além disso, é preciso criar espaços seguros para denúncias e apoio às vítimas de discriminação, a fim de que se sintam encorajadas a relatar casos de preconceito. Muitas vezes, as vítimas ficam receosas em falar sobre as situações de discriminação pelas quais passaram, com medo de represálias ou de não serem levadas a sério. É papel das





instituições garantir que as denúncias sejam tratadas de forma adequada e que medidas sejam tomadas para corrigir as injustiças.

Como educadores, temos o dever de ser agentes de mudança, construindo um ambiente educacional que valorize a diversidade e respeite a dignidade de todos. Devemos promover uma educação que vá além do conteúdo curricular, abordando questões como a igualdade, o respeito e a valorização das diferenças. Isso inclui o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, a inclusão de materiais didáticos que representem a diversidade étnico-racial e a promoção de debates e reflexões sobre temas relacionados ao preconceito e à discriminação.

Além disso, é importante que as políticas públicas de educação estejam voltadas para a promoção da equidade e da justiça social. É necessário que haja investimentos em infraestrutura adequada nas escolas, formação continuada para os professores, ampliação do acesso à educação de qualidade para todos os estudantes e políticas afirmativas que garantam a inclusão e a representatividade.

É fundamental que os congressos e eventos acadêmicos abordem temas relacionados à diversidade, inclusão e combate ao preconceito, oferecendo um espaço para o compartilhamento de experiências e reflexões sobre essas questões. Através desses diálogos, poderemos ampliar o conhecimento e fortalecer as ações de enfrentamento ao preconceito no ambiente educacional. Acredito que é necessário que essas histórias sejam ouvidas e debatidas, para que possamos promover mudanças reais em nossa sociedade e construir um futuro mais justo e igualitário para todos. É urgente que os profissionais da educação, gestores, políticos e toda a sociedade se unam nesse propósito, para que juntos possamos construir uma educação verdadeiramente inclusiva, que valorize a diversidade e promova a igualdade de oportunidades.

Não podemos mais permitir que o preconceito e a discriminação persistam em nossas instituições de ensino. Cabe a cada um de nós, como agentes de transformação, combater essas atitudes discriminatórias, promover uma educação antirracista e garantir que todos os estudantes tenham o direito de aprender e se desenvolver em um ambiente seguro, acolhedor e respeitoso. Somente assim construiremos uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva para todos.

#### **4. Considerações finais**

Infelizmente, o processo de acolhimento e permanência nos espaços acadêmicos ainda é um desafio enfrentado por muitas pessoas. É lamentável que, mesmo com a existência de canais de denúncia e políticas de combate ao preconceito e ao assédio, ainda exista uma descrença generalizada na efetividade desses mecanismos. A falta de confiança na possibilidade de garantir sigilo, punição para situações de perseguição e assédio contribui para que essas situações se perpetuem, tornando-as parte cotidiana dos ambientes acadêmicos.

É importante destacar que a situação se agrava quando não se acredita na reparação do ocorrido. Muitas vezes, as vítimas de discriminação, preconceito e assédio acabam se sentindo desamparadas, sem esperança de que as injustiças serão corrigidas e de que a justiça será feita. Isso cria um ciclo de impunidade e perpetuação desses



comportamentos prejudiciais nos espaços acadêmicos. É fundamental que as instituições de ensino, juntamente com os órgãos responsáveis, aprimorem seus processos de acolhimento, investigação e punição de casos de discriminação e assédio. É preciso investir na conscientização e na formação dos profissionais envolvidos, garantindo que tenham conhecimento e sensibilidade para lidar com essas situações de forma adequada e eficaz.

Além disso, é necessário promover a cultura de denúncia e apoio às vítimas, criando um ambiente seguro onde elas se sintam encorajadas a relatar casos de discriminação e assédio. Isso implica em estabelecer canais de denúncia confiáveis, garantindo o sigilo das informações e tomando medidas sérias para investigar e punir os responsáveis por essas violações. No entanto, não basta apenas ter mecanismos e políticas de combate à discriminação e ao assédio. É preciso que haja um compromisso efetivo de toda a comunidade acadêmica em combater essas práticas e promover um ambiente inclusivo, respeitoso e seguro para todos. Isso requer uma mudança de mentalidade e ação coletiva, envolvendo estudantes, professores, gestores e demais atores envolvidos no processo educativo.

É crucial que haja investimentos em programas de formação e sensibilização, para que todos estejam cientes dos impactos do preconceito e do assédio no ambiente acadêmico e na vida das pessoas. A educação e a conscientização são ferramentas poderosas para transformar as mentalidades e promover uma cultura de respeito, igualdade e justiça. As considerações finais deste relato de experiência destacam a necessidade urgente de combater o preconceito, a discriminação e o assédio no ambiente acadêmico. É fundamental que as instituições de ensino assumam a responsabilidade de criar espaços seguros, inclusivos e livres de qualquer forma de violência. Isso envolve o fortalecimento dos canais de denúncia, a implementação de políticas efetivas de combate à discriminação e ao assédio, a promoção da diversidade e a formação de uma cultura de respeito e valorização da dignidade humana.

A superação desses desafios requer o esforço coletivo de todos os envolvidos na comunidade acadêmica. Somente através do engajamento conjunto, poderemos criar um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo, onde cada pessoa possa desenvolver seu potencial, livre de discriminação e assédio. Espera-se que relatos como esse possam contribuir para a reflexão e o debate sobre essas questões, estimulando a adoção de medidas efetivas e a promoção de mudanças reais nos espaços acadêmicos. É preciso que cada indivíduo se conscientize de seu papel na construção de um ambiente mais justo, igualitário e respeitoso, onde todos possam se sentir acolhidos e valorizados em sua singularidade.

Deseja-se que esta narrativa de vivência se torne um poderoso apelo à ação, instigando tanto as instituições de ensino quanto a sociedade em geral a se engajarem na batalha contra o preconceito, a discriminação e o assédio que permeiam o ambiente acadêmico. Somente por meio dessa mobilização coletiva poderemos construir um futuro no qual a educação se revele autenticamente inclusiva e emancipadora, um futuro no qual todos os indivíduos tenham igualdade de oportunidades para aprender, crescer e florescer plenamente, independentemente de sua tonalidade de pele, ancestralidade étnica, identidade de gênero, crença religiosa ou qualquer outra característica pessoal que possam



possuir. É imprescindível que assumamos essa responsabilidade conjunta de moldar uma sociedade na qual cada pessoa seja valorizada e respeitada em sua individualidade, e em que barreiras de discriminação sejam superadas, possibilitando a construção de um futuro verdadeiramente diverso, inclusivo e equitativo.

## Referências

- Almeida, S.(2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN 978-85-98349-75-6.
- Bento, C. (2022). *Pacto da Branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 148.
- Bento, M. A. S. (2002). *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público* (Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/pt-br.php>.
- Brasil. Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 07 outubro 2017. BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - ver. e atual. - Brasília: SEDH/PR, 2010.
- Mendes, R. (2021). *Vou aprender a ler pra ensinar meus camaradas*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=njFI9MMOP3U>. Acesso em 07/07/2023.
- Quivy, R & Campenhoudt, L.V. Manual de investigação em ciências sociais. 2 ed. Lisboa: Gradiva, 1998.
- Schucman, L.V. (2020). Entre o encardido, o branco e o branquíssimo. São Paulo: Editora Veneta. 2020. p. 216.